

LIVRO DIDÁTICO E A CONSTRUÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA

Maria Jucineide Araújo¹
Francisca Kelly Gomes Cristovam²

RESUMO

O trabalho em apreço objetiva enfatizar o livro didático enquanto dispositivo metodológico para a prática de ensino em História. Nesse sentido, utilizou-se de pesquisas bibliográficas, para analisar a importância do livro didático de História como instrumento para a construção do Ensino de História. Atualmente, os professores do Ensino Fundamental II usufruem desse recurso didático como fonte determinante para o planejamento pedagógico, e não como um apoio ao trabalho dele. Além dos docentes, o livro didático é usado pelos os discentes, em muitas situações como a única fonte de leitura. Esse texto é fruto de nossas experiências em sala de aula, e como temos procurado trabalhar com o livro didático de História, para que os conteúdos expressos nele, não sejam tidos como uma verdade absoluta. Essa discussão é essencial para compartilharmos com os nossos colegas, experiências e aprendermos uns com outros. Dessa forma, o referido texto busca dialogar com autores, para que os docentes possam conduzir discussões em suas salas de aula que não sejam baseadas somente nas teorias expressas nos livros didáticos, mas que pesquisem em outras fontes como, filmes, livros, jornais, revistas, para que ofereçam aos alunos várias percepções sobre determinado conteúdo, e assim formem sujeitos críticos. Para tanto dialogamos com alguns teóricos, tais como (MATOS, 2012), (PNLD, 1997), (RIBEIRO, 2003) e (SILVA, 1999).

Palavras-chave: Livro didático, História, Ensino, Metodologia, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho discorreremos sobre o livro didático, enquanto um dispositivo metodológico de extrema importância para a prática da eloquência em História do Ensino Fundamental II, que atualmente corresponde do 6º ao 9º ano. Muitas das vezes ele é o único instrumento utilizado pelos os professores de escolas públicas brasileiras, tanto, no direcionamento das práticas pedagógicas dos profissionais, como também, é fonte de pesquisas para os discentes, que geralmente só tem acesso à leitura proferida por esse recurso didático.

Diante disso, o professor precisa examinar com bastante atenção o livro didático que será usado no decorrer de quatro anos letivos, pois é através dele que o conhecimento será

¹ Graduanda em Letras-Instituto Federal da Paraíba. Especialista em História-Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: jucyaraújo@hotmail.com

² Graduanda em Letras-Instituto Federal da Paraíba. Mestre em História-Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: kelly_cristovam@yahoo.com.br

disseminado, e conseqüentemente proferido o ensino-aprendizagem dos alunos, que tanto, sofrem com a falta de incentivo por parte do poder público.

Ao delimitar o LD³ como fonte vital, nosso objetivo é proporcionar leituras sobre o papel do MEC⁴ e dos educadores na seleção desse material didático, bem como, como este recurso é utilizado em sala de aula, tanto por professores, como por alunos.

A relevância desta pesquisa se dar devido que o livro didático é um formador de opinião e sua circulação é nacional, abrangendo os alunos da rede pública e privada, como também é fundamental para a cidadania, o ensino e a aprendizagem, pois garante a universalização da leitura, devido que muitas das vezes o alunado só tem acesso há textos que estão expressos neste material didático, portanto os mesmos possuem um papel importantíssimo no processo educativo.

METODOLOGIA

A escrita desse ensaio teve como escolha o livro didático, que tanto é utilizado em sala de aula. No primeiro momento observamos a estrutura desse suporte didático, que é dividido em capítulos, e cada conteúdo apresenta além da parte teórica, exercícios mistos, com questões decorativas e interpretativas. O livro que pertence ao professor tem alguns quesitos a mais, respostas das atividades propostas em cada unidade e sugestões metodológicas para trabalhar os distintos assuntos.

Diante disso, buscamos fazer leituras de alguns documentos oficiais, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e o Guia de Livros Didáticos – PNLD, fora a apreciação de algumas referências bibliográficas, que dialogam com a temática selecionada. E segundo elegemos relatar algumas tessituras sobre as mudanças que foram acontecendo na elaboração e distribuição dos livros didáticos no Brasil.

Sendo assim, este trabalho nos permite trilhar por informações sobre o procedimento de escolha dos livros didáticos, bem como, sua utilização para construção do Ensino de História, visto que, muitos professores do Ensino Fundamental II utilizam esse instrumento como fonte determinante para o planejamento pedagógico, e não como um apoio ao trabalho.

³ LD é uma sigla que se refere ao termo Livro Didático.

⁴ Ministério da Educação.

O LIVRO DIDÁTICO E O PERCURSO ATÉ AS MÃOS DOS EDUCADORES

O livro didático desde o período colonial já estava em circulação, no entanto, esse privilégio era para poucos, pois, só quem tinha acesso a este recurso didático era apenas quem pertencesse à hierarquia, como afirma Ribeiro (2003) “O livro didático instrumento de grande valor educacional está presente no contexto histórico do Brasil”.

Mas, ao longo do tempo o LD foi passando por transformações estruturais, pedagógicas e de distribuição, suas mudanças decorreram da necessidade de adequar os mesmos ao novo modelo de ensino de história que surge a partir do século XX, como podemos observar no texto abaixo:

No Brasil, os livros didáticos tiveram dois momentos, os primeiros marcados por trajetórias independentes, eram utilizados de acordo com seus preços, escolhas dos professores ou reutilizados por estarem nas bibliotecas familiares e somente em no século XX, teve a sua segunda fase marcada por políticas educacionais que investiram na regulação e distribuição dos livros didáticos para as escolas públicas. (MATOS, 2012. P.9).

A partir desse momento, o LD passa a ser um instrumento indispensável em sala de aula, o qual uniformiza o currículo escolar segundo os conteúdos expostos neste recurso didático, isso é decorrente pelo o fato de os docentes planejarem suas aulas de acordo com o que cada livro didático propõe, sendo assim, os planos de aulas seguem a sequência que está no sumário de cada LD.

Diante dessa situação, outras mudanças precisavam acontecer, principalmente com relação à distribuição dos livros didáticos. E é a partir desta necessidade que em, 1985, há a criação do “Programa Nacional do Livro Didático” – PNLD, uma política educacional desenvolvida pelo o MEC que avalia, compra e distribui de forma gratuita os LD de diversas disciplinas como: Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Inglesa, Língua Espanhola e etc., para as escolas que possuem o ensino básico no Brasil.

Além do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), atualmente no Brasil, há outros programas do livro⁵, como por exemplo, Programa Nacional do Livro Didático para a

⁵ É um programa criado pelo MEC (Ministério da Educação), e tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores, por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. (Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro, 2014. P. 18).

Educação de Jovens e Adultos (PNLD - EJA), Programa Nacional do Livro Didático para a Educação do Campo (PNLD - Campo) e Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), cada um deles tem uma determinada função.

Devido essa amplitude desses programas, delineamos tecer algumas reflexões sobre o processo de escolha dos livros didáticos com relação ao PNLD, especialmente a função do MEC e dos professores na execução do mesmo. Para tanto, buscamos expor como acontece a interligação entre o PNLD, a escola, as editores, os professores e os alunos. Segundo Matos (2012):

A dinâmica brasileira trienal de escolha dos livros didáticos pelos professores da educação básica, estabelece-se uma forte relação entre os professores enquanto o público que seleciona o que chega as salas de aula, os editores que encomendam, produzem e lançam os livros didáticos no mercado editorial e o governo que os inclui na lista de livros a serem escolhidos pelos docentes dentro do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD (p.5).

A primeira etapa consiste no lançamento de um edital, no qual o MEC através da Secretaria da Educação Básica e da Comissão Técnica para o PNLD convoca as editoras para enviarem suas propostas de livros didáticos para o ensino regular da rede pública brasileira, as mesmas não podem de forma alguma se identificar, como também os autores que formularam os livros didáticos para essas editoras não podem possuir nenhum vínculo com o PNLD.

Após concluir esse momento, o MEC convoca o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo para observar como está o aspecto físico do material, pois o mesmo será utilizado pelo o alunado durante quatro anos. Outro fator que também é levado em consideração é com relação à legalidade da produção, ou seja, se as editoras possuem todos os direitos autorais, pois se não estiver tudo de acordo com a lei o MEC não comprará esse material.

Com o término dessa segunda fase, iniciará a terceira que fica sobre responsabilidade da universidade escolhida, no que se refere aos LD de história os profissionais especializados da Universidade Estadual de Londrina avaliaram os diversos conhecimentos apresentados em cada coleção.

Ao concluir o seu parecer à universidade faz um relatório para o MEC, que imediatamente providência juntamente com a coordenação pedagógica de área a distribuição dos exemplares para os avaliadores de diferentes regiões brasileiras que emitem uma ficha de avaliação, na qual reprova ou aprova a coleção. E elaboram resenhas que vão ser analisadas

por um grupo de professores da rede pública brasileira, o principal objetivo deles é verificar se as coleções estão coerentes com o seu público alvo.

O próximo passo é o envio para cada escola o Guia do Livro Didático, no qual constam resenhas dos livros de História que foram aprovados pelos especialistas, para que os docentes se reúnam por área para escolherem o livro didático que se adéqua a realidade de sua escola. Para depois preencher o formulário de requisição das coleções, via internet.

Para esse livro chegar às mãos dos alunos é preciso que haja a adesão do município, que se faz a partir de um termo denominado “termo de adesão”, no qual formalizam sua participação no Programa Nacional do Livro Didático, essa documentação só precisa ser enviada uma única vez, e a quantidade de LD para cada escola é determinada pelo o censo escolar.

Além desses fatores elencados acima, há outros seis requisitos gerais que são exigidos pelo MEC para a aprovação de uma coleção de qualquer área do conhecimento, conforme apresenta o Programa Nacional do Livro Didático:

Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental. Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados. Correção e atualização de conceitos, de informações e de procedimentos. Observância das características e das finalidades específicas do Manual do Professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção. (2017. P.19 e 20).

Todo esse processo aplicado pelo MEC é feito com intuito de melhorar a aprendizagem do alunado brasileiro, para que estes sejam construtores do seu próprio conhecimento, além da vontade do próprio aluno e de bons professores, se faz necessário que os mesmos tenham em suas mãos materiais didáticos críticos e de qualidade, dentre esses materiais didáticos, o LD é um dos mais importantes.

Pois o livro didático é um instrumento bastante utilizado pelo o professor em sala de aula e muitas das vezes o único material para se ensinar. Os professores utilizam como manual de orientação para elaboração de suas aulas e os alunos usam para a realização de suas tarefas (exercícios, pesquisas, estudos), tornando roteiro principal, ou exclusivo, do processo de ensino aprendizagem, na escola ou em casa.

De acordo com o Guia do Livro Didático de História, os LD desta disciplina, ainda precisam passar por mudanças ao longo do tempo devido ao fato de apresentarem concepções tradicionais que valorizam somente as classes dominantes, e que não incentivam a criticidade do alunado em alguns momentos, conforme podemos observar no texto que esta na sequência:

É urgente e necessária a desconstrução de noções acerca do livro didático como veiculador de uma verdade absoluta, repositório de toda a informação sobre o passado, informação essa que deve ser prontamente memorizada pelos educandos, em sequências lineares que dispensam a análise de processos. Essa representação está relacionada à ideia de aprendizagem como transmissão de conteúdos alijados do cotidiano dos estudantes, descolados da vivência temporalmente situada. (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA, 2017. P. 12).

Outro fator a se levar em consideração é com relação à situação do alunado que receberá esse material didático, visto que esse público está no processo de aprendizagem mais significativa, na qual deve se exercitar e refletir sobre os acontecimentos que decorrem em sua volta e ao mesmo tempo associá-lo com o passado, e de acordo com o PCN (1998) o docente pode assumir a objetividade metodológica de como ensinar História, ou seja, selecionar os conteúdos que vão compor o currículo de cada ano.

Segundo Tomaz Tadeu “[...] currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir [...]” (1999, p. 15). Nesta perspectiva, a cada ano do ensino é destinado um currículo, no qual é constituído por seus respectivos conteúdos para serem ministrados.

Esses currículos não são efetivos, pelo contrário, são flexíveis e sujeitos a constantes mudanças, visto que a Educação precisa acompanhar as transformações que são decorrentes da sociedade. Foi através dessa necessidade de ampliação e modificação no currículo educacional brasileiro, que surgiu em 1998 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com o objetivo de assessorar a sociedade nessa construção de novos saberes.

Para Paulo Renato Souza⁶, “os PCN foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. [...]” (Parâmetros Curriculares Nacionais. 1998. p.5).

⁶ Ministro da Educação e do Desporto na época (1997) que foi elaborado os PCN - Parâmetros curriculares nacionais.

Mas nem sempre o Ensino de História proporcionou essa liberdade para seus educadores e educandos, essa nova concepção de ensino só foi possível a partir do século XX, no qual a sociedade passava por transformações políticas, culturais e sociais.

A partir desse momento há uma maior abertura do ensino, que anteriormente reprimia as opiniões, sendo assim, nas escolas brasileiras era comum o alunado serem passivos e receptivos dos conteúdos ministrados, não tinha a intenção de se formar cidadãos críticos, que futuramente pudessem questionar o sistema.

De acordo com essa perspectiva, o PCN de História coloca que o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades expande ainda mais no início do novo milênio e sinaliza para a importância de se edificar uma escola voltada para a formação de cidadãos. Trabalhando, assim, em prol de formar alunos críticos, que não utilize aquele conhecimento adquirido pra resolver uma atividade proposta pelo docente, mas que começa a observar o que esta em sua volta e ao mesmo tempo questionar os acontecimentos do presente e do passado.

E dependendo do livro adotado, os alunos terão em mãos textos não condizentes com uma metodologia pedagógica interativa, contemporânea e atualizada com a nossa realidade. Por isso os LD, em pleno século XXI ainda sofrem diversas críticas por parte de muitos profissionais da educação, em especial os professores que questionam muito sobre a elaboração deste material didático que é disponibilizado pelo MEC para o alunado.

Não havendo um consenso por parte dos docentes com relação a sua elaboração, no qual há questionamentos na forma como alguns conteúdos são interpelados ou até mesmo deixados de ser abordados. A maioria dos livros didáticos da disciplina de História relata os fatos de forma linear como se os acontecimentos não tivessem um entrelaçamento entre ambos.

Essa análise é proporcionada pelo PNLD através do Guia do Livro Didático de História, a cada período de escolha o MEC envia para as escolas brasileiras esse documento no intuito de assessorar os professores nas escolhas dos livros didáticos que serão utilizados pelo o alunado durante quatro anos.

Essas coleções de História do Fundamental II são formadas por quatro livros, cada um é destinado para uma série distinta, ou seja, para o sexto ano, sétimo ano, oitavo ano e nono ano. Os critérios avaliados pelos os especialistas convocados pelo o MEC são os seguintes:

manual do professor, componente curricular, proposta pedagógica, formação cidadã e projeto gráfico- editorial.

Após essa avaliação é formulada uma resenha de cada coletânea, na qual consta o nome da coleção, do(s) autor(es) e da editora; fotocópia da capa e uma apresentação geral da obra, mostrando o sumário de cada livro e a quantidade de páginas dos mesmos. Outro aspecto contemplado nesse texto é com relação à proposta pedagógica dos LD, ou seja, as sugestões que são colocadas para trabalhar os assuntos em sala de aula.

Além de todas essas questões elencadas acima, o PNLD traz considerações sobre a abordagem ou não da cultura da África, afro-brasileira e indígena nos diferentes níveis de ensino, ou seja, se atende às determinações legais das leis 10.639 e 11.645 que obriga a inclusão no currículo à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas, respectivamente. Essas análises são feitas tanto nos LD destinados aos alunos, como para os docentes.

Mesmo com toda essa preocupação em elaborar um material de qualidade, o que percebemos na nossa realidade são livros elitistas, que prezam as histórias dos povos do Sul e do Sudeste, deixando para segundo plano a História do Nordeste, sendo assim, esse povo continua esquecido pelos os autores dos livros didáticos.

Diante dessa situação é necessário que os docentes pesquisem outros tipos de fontes, para a elaboração de suas aulas, como por exemplo, jornais, revistas, livros, filmes, entre outros, como sugere os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (Brasil, 1998), como uma maneira de ampliar seus conhecimentos, e conseqüentemente proporcionar aos educandos um leque de possibilidades para adquirir conhecimentos.

Não ficar somente nas concepções genéricas oferecidas pelos os livros didáticos, que muitas das vezes, não contextualizam os conteúdos, deixando lacunas no ensino e na aprendizagem dos alunos, que tem acesso a exercícios que incentivam somente a decodificação dos fatos, e não a compreensão e interpretação dos mesmos.

Nesta perspectiva, o livro didático deve ser usado como um facilitador do ensino-aprendizagem, e não como uma fonte inquestionável, que expressa uma verdade absoluta, como pregam muitos professores na atualidade, que seguem rigorosamente os conteúdos e as atividades indicadas por eles, mesmo trazendo uma linguagem totalmente distorcida da realidade do alunado.

Portanto, o livro didático não está sendo utilizado como um apoio ao trabalho do professor, pelo contrário, ele é quem detém todo o protagonismo, pois é muito cômodo para o docente chegar a uma sala de aula e solicitar aos alunos a leitura do conteúdo X, e depois a resolução da atividade referente a ele, ao invés, de procurar outros recursos metodológicos para elaboração e realização de sua aula.

CONCLUSÃO

Com esta pesquisa observamos que o livro didático é o principal recurso utilizado em sala de aula, não somente pelos alunos, mas também pelos professores, que na maioria dos casos é o único material didático de suas aulas.

Como também os mesmos passam por um processo avaliativo, diante ao MEC, no qual é analisado o manual do professor, componente curricular, proposta pedagógica, formação cidadã e projeto gráfico- editorial.

Após essa avaliação do MEC elabora o Guia do Programa Nacional do Livro Didático, no qual traz resenhas acerca dos livros habilitados para serem utilizados por alunos e professores nas escolas brasileiras.

Mas o que percebemos é que mesmo havendo essa avaliação feita pelo Ministério da Educação, não é sinônimo de que os LD chegam às escolas trazendo propostas pedagógicas inovadoras, principalmente no que se refere à de história de povos tidos como “inferiores”.

No entanto, mesmo com todas as falhas elencadas acima, os LD possibilita um processo de democratização do ensino no nosso país, pois distribui 43 milhões de exemplares desse material, possibilitando que os estudantes da rede pública tenha acesso há leitura.

Sendo assim, o livro didático é fundamental para o processo ensino - aprendizagem e para construção da cidadania, no qual cada cidadão tem o direito de ter acesso a uma educação de qualidade, para si e para seus filhos, que deve ser promovida pelo Estado, mas seu uso por parte dos professores precisa inserir mudanças, ou seja, ao invés de utilizá-lo como fonte determinante para o planejamento pedagógico, e não como um apoio ao trabalho do docente.

REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p.

Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro - PLi/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 5a ed., atual. - Brasília: MEC, FNDE, 2014.

Guia de livros didáticos: PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais / Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica - SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2016. 140 p.

MATOS, Júlia Silveira. *Os livros didáticos como produtos para o ensino de história: uma análise do Plano Nacional do Livro – PNLD*. 20p. Disponível: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3268/1945>. Pesquisado em:26 de fevereiro de 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidades: uma introdução às teorias do currículo* / Tomaz Tadeu da Silva. – Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.

RIBEIRO, M. L. *História da Educação Brasileira: organização escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.